

INFORME SEMANAL

N. 06 | 09 a 13 de agosto de 2021

EDIÇÃO ESPECIAL – 27ª REUNIÃO DA DIRETORIA DA OCEPAR

Projetos de lei de interesse do cooperativismo

CONTEXTUALIZAÇÃO

O atual cenário político indica a possibilidade de votação, no 2º semestre, de importantes projetos de lei de interesse do Cooperativismo, razão pela qual a 27ª Reunião da Diretoria da Ocepar, realizada no dia 12 de agosto, contou com a participação da OCB e dos Deputados Federais do Paraná: Aline Sleutjes, Pedro Lupion, Sergio Souza e Luiz Nishimori, que destacaram o trabalho de representação realizado em defesa do cooperativismo.

Abaixo apresentamos breve resumo sobre alguns dos principais projetos de lei destacados durante a reunião:

REFORMA TRIBUTÁRIA (PEC 45/2019, 110/2019, PL 2.337/2021, PL 3.887/2021)

PEC 45/2019 e 110/2019: institui o imposto único sobre operações com bens e serviços (IBS);

PL 2.337/2021: altera regras do Imposto de Renda (o projeto não altera a incidência de imposto sobre o ato cooperativo);

PL 3.887/2020: cria a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), com a unificação de PIS e COFINS.

OCEPAR e OCB atuam em defesa do adequado tratamento tributário ao ato cooperativo, evitando dupla tributação e a imposição de incidências prejudiciais às Cooperativas em comparação a outros modelos societários. Além disso, OCB e OCEPAR apoiam a simplificação do sistema tributário visando segurança jurídica e redução de custos.

PL 6.330/2019 – QUIMIOTERAPIA ORAL

Estabelece a incorporação de medicamentos para o tratamento do câncer ao rol de procedimentos e eventos em saúde da Agência Nacional de Saúde (ANS).

OCEPAR e OCB, em conjunto com a Unimed Brasil, apoiam a manutenção do veto integral ao projeto de lei, uma vez que a proposta implementa tratamento desigual aos pacientes (beneficiários de planos de saúde x SUS), além de determinar o fornecimento de medicamentos sem todas as análises técnicas prévias, impactando a sustentabilidade dos planos de saúde, o que pode gerar aumento de custos e a impossibilidade de sua manutenção pelos próprios beneficiários.

INFORME SEMANAL

N. 06 | 09 a 13 de agosto de 2021

EDIÇÃO ESPECIAL – 27ª REUNIÃO DA DIRETORIA DA OCEPAR

Projetos de lei de interesse do cooperativismo

PL 1.146/2021 – MOBILIDADE RURAL

Estabelece a Política Nacional de Mobilidade Rural e Apoio à Produção para assegurar mobilidade ao meio rural e qualidade no deslocamento da produção, visando ganhos em economicidade e agilidade. O projeto aguarda parecer na CAPADR (Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural).

PL 1.293/2021 – AUTOCONTROLE

Estabelece um novo modelo de fiscalização e defesa sanitária, baseado em mecanismos de autocontrole e processos mais ágeis. O projeto tem sido amplamente debatido na CAPADR e consta nas prioridades da OCB e OCEPAR.

PL 2.633/2020 – REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Trata da regularização fundiária das ocupações em terras da União ou do Incra. A medida objetiva trazer maior segurança jurídica aos proprietários de terras, assim como celeridade e desburocratização ao processo de regularização. O projeto foi aprovado pela Câmara dos Deputados e segue para deliberação pelo Senado Federal.

PLP 27/2020 – MODERNIZAÇÃO DA LC N. 130

Atualiza o marco legal do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC) para permitir que as Cooperativas de Crédito possam disponibilizar novos produtos já existentes no mercado, com mais agilidade e modernidade, atendendo integralmente a demanda por crédito. Este projeto consta das prioridades da agenda da OCB e OCEPAR, que apoiam a sua aprovação.

PL 3.351/2019 – TRIBUTAÇÃO SOBRE APLICAÇÕES FINANCEIRAS

O projeto garante que a base de cálculo do IRPJ e da CSLL nas aplicações financeiras realizadas por Cooperativas siga o modelo aplicado às sociedades empresárias, com incidência restrita apenas ao resultado financeiro, e não ao total das receitas. O projeto também consolida o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que reconhece as aplicações financeiras realizadas por cooperativas de crédito como ato cooperativo. OCEPAR e OCB apoiam a aprovação deste projeto.



INFORME SEMANAL

N. 06 | 09 a 13 de agosto de 2021

EDIÇÃO ESPECIAL – 27ª REUNIÃO DA DIRETORIA DA OCEPAR

Projetos de lei de interesse do cooperativismo

PL 6.299/2002 – LEI DO ALIMENTO MAIS SEGURO

Moderniza e garante celeridade e transparência ao processo de registro dos defensivos, possibilitando maior produtividade e segurança alimentar. Propõe a redução do prazo de registro de novos produtos de 8 para 2 anos, sendo que os registros de produtos genéricos devem acontecer no prazo de 01 ano. O projeto consta das prioridades da OCB e OCEPAR, que apoiam a aprovação do substitutivo da Comissão Especial pelo Plenário da Câmara.

PL 2.159/2021 – LICENCIAMENTO AMBIENTAL

O projeto atualiza as regras gerais para o processo de licenciamento ambiental, promovendo agilidade, redução de custos, maior segurança jurídica em conjunto com a adequada proteção e conservação do meio ambiente. O projeto foi aprovado pela Câmara dos Deputados e segue para deliberação pelo Senado Federal.

PL 490/2007 – DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS

Estabelece critérios legais para demarcação de terras indígenas, de acordo com os precedentes do STF. Há a expectativa de sua votação ainda para o 2º semestre.

PL 1.363/2021 - RAT – EXPOSIÇÃO A RUÍDO

Dispensa o recolhimento de contribuição social para custeio de aposentadoria especial de empregados expostos a condições de trabalho prejudiciais à saúde ou à integridade física quando adotadas medidas de proteção que neutralizarem ou reduzirem o grau de exposição do trabalhador a níveis legais de tolerância (adicionais de 6%, 9% 12% Lei n. 8.213/91). OCB e OCEPAR apoiam a aprovação do projeto.